

Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995**

I. INTRODUÇÃO

O objecto central deste trabalho consiste em analisar a evolução dos determinantes sociais da participação e da abstenção dos portugueses em eleições legislativas¹ entre 1983 e 1995 (secção v). A escolha deste período temporal deveu-se a um conjunto de factores que passamos a apresentar. Em primeiro lugar, por razões de exequibilidade da pesquisa, decidimos analisar apenas o referido período. Em segundo lugar, os dados políticos e sócio-demográficos de que dispúnhamos apenas abrangiam tal período. Mas existe também uma razão substantiva: a abstenção só atingiu valores superiores a 20% em 1983, tendo registado um percurso sistematicamente ascendente desde então até 1995. Mesmo tendo em conta que a «abstenção técnica» teve também o seu maior crescimento neste período, afigurou-se-nos pertinente avaliar como evoluiu o perfil

* Docente no ISCTE (andre.freire@iscte.pt) e investigador na equipa das «Atitudes Sociais dos Portugueses»/ICS/ISSP.

** Este trabalho faz parte da nossa tese de mestrado em Ciências Sociais, que decorreu sob orientação do Prof. Doutor Manuel Villaverde Cabral. O autor agradece ao Prof. Villaverde Cabral e ao ICS todo o apoio concedido para a realização desta pesquisa; quer também agradecer ao Prof. Villaverde Cabral o estimulante acompanhamento que prestou para a realização deste trabalho. Obviamente, todo o artigo é da inteira responsabilidade do seu autor. Por fim, agradeço os comentários dos *referees* anónimos. Quero também agradecer ao Departamento de Sociologia do ISCTE a redução de horário que me concedeu para a realização da tese de mestrado. Versões iniciais deste artigo foram apresentadas no *Colóquio Comemorativo dos 20 anos da Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Abril de 1999, e no *Colóquio Cidadania, Integração Social e Globalização*, ISCTE, Maio de 1999.

¹ A análise refere-se quase exclusivamente a esse tipo de eleições, pelo que doravante nos absteremos de referir tal especificação, salvo quando houver referências a outros tipos de eleições. Este trabalho foi escrito antes das eleições de 1999, pelo que não incorpora os respectivos resultados.

sócio-económico e cultural dos eleitores activos e dos abstencionistas nesse período de grande crescimento da abstenção. Todavia, as secções III e IV deste trabalho analisam a evolução da participação/abstenção dos portugueses em todo o período democrático: a secção III traça a evolução desses fenómenos entre 1975 e 1995, recenseando também as principais interpretações sobre os factores de tal evolução; a secção IV enquadra a participação/abstenção portuguesa (1975 a 1995) numa perspectiva comparada. Porém, antes de passarmos a estas análises vamos proceder a uma definição dos conceitos de participação e abstenção eleitorais, traçando também o quadro teórico da pesquisa (secção II).

II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Em termos agregados, a participação eleitoral pode ser definida como o conjunto dos indivíduos que, dispondo de capacidade eleitoral activa, exerceram o seu direito de voto na escolha dos representantes políticos na eleição em causa. Segundo a Constituição da República Portuguesa, o direito de sufrágio em eleições legislativas abrange todos cidadãos portugueses² maiores de 18 anos, «res-salvadas as incapacidades previstas na lei geral»³ (Magalhães, 1999, p. 245). Mas para poderem exercer o direito de voto em cada eleição legislativa é preciso que os indivíduos com capacidade eleitoral activa se inscrevam no recenseamento eleitoral (RE). Portanto, em cada eleição legislativa o número (oficial) de indivíduos que se abstiveram é calculado a partir da diferença entre o conjunto de cidadãos que exerceram o seu direito de voto e o número de inscritos no RE. Desde logo, este cálculo da abstenção poderá estar subvalidado se houver indivíduos que, dispondo de capacidade eleitoral activa, não se inscreveram no RE; este fenómeno assume proporções assinaláveis, por exemplo, em França e nos EUA (Subileau e Toinet, 1989, pp. 175-180). Por outro lado, se o número de indivíduos inscritos no RE estiver «inflacionado», por exemplo, em resultado de óbitos não abatidos e de duplas inscrições por mudança de residência, a contabilidade (oficial) do número de indivíduos abstencionistas tenderá a sobre-representar o seu peso efectivo. Esta situação tem contornos especialmente preocupantes em Portugal (Vasconcelos e Archer, 1991; Archer, 1996), mas ocorre também em Espanha (Justel, 1995, pp. 50-52). Isto não significa que não haja, em Portugal e em Espanha, indivíduos que não se inscrevem no RE, apesar de terem capacidade eleitoral activa. Todavia, as comparações dos dados dos recenseamentos eleitorais com as estatísticas demográficas dos institutos de estatística de cada um destes países revelam que o fenómeno de sobrecontabilização de abstencionistas tem maior relevo.

A «abstenção técnica» é a designação geralmente utilizada para esta sobrecontabilização (oficial) do contingente de abstencionistas resultante da «infla-

² Na verdade, podem também votar nas eleições legislativas os cidadãos brasileiros que possuam «o estatuto especial de igualdade de direitos políticos» (Montargil, 1995, p. 64).

³ Para uma descrição exaustiva dessas incapacidades, v. Montargil (1995), p. 64.

ção» do número de inscritos no RE. Uma forma de obviar a esta sobrecontabilização é tomar como universo, não o conjunto de indivíduos inscritos no RE, mas o conjunto de indivíduos residentes em Portugal com 18 e mais anos, segundo as estatísticas demográficas do INE. Isto é, trata-se contabilizar a abstenção subtraindo o número de votantes em cada eleição ao número de indivíduos com 18 e mais anos. Apesar de muito mais fiável, esta metodologia também comporta alguns riscos, nomeadamente a inclusão de estrangeiros sem capacidade eleitoral activa no universo dos residentes com 18 e mais anos.

Interpretações da participação e da abstenção

[QUADRO N.º 1]

Abstenção passiva ou sociológica	Participação passiva	Participação activa	Abstenção activa ou ideológica
Interpretações: Abstenção = isolamento geográfico ou social Abstenção = ausência de interesse pela política	Dever eleitoral + interesse nulo pela política Prática política: nula	Voto + interesse pela política Outras práticas políticas	Interpretações: Abstenção = um acto político Abstenção = recusa da legitimidade do sistema político

Fonte: Memmi (1985), p. 349.

Definidos os conceitos de participação e abstenção eleitorais, passemos à análise das diferentes formas de conceptualizar a participação e abstenção, nomeadamente em termos dos factores explicativos de tais comportamentos. No quadro n.º 1, da autoria de Dominique Memmi (1985, p. 349), temos um resumo de algumas das formas de explicar a participação e a abstenção dos indivíduos, nomeadamente em termos de determinantes sociológicos («abstenção como isolamento geográfico e social») e atitudinais («abstenção como ausência de interesse pela política»).

Mas este quadro sublinha, sobretudo, os limites da participação/abstenção eleitorais como indicadores da participação e da abstenção política em geral (Memmi, 1989, pp. 348-349). Isto é, poderemos ter uma «abstenção passiva ou sociológica», consubstanciada na não participação dos indivíduos na escolha dos representantes através do voto e que é explicável quer pelo seu «isolamento geográfico e social», quer pelo seu «nulo interesse pela política», mas também poderemos ter uma «participação passiva», ou seja, uma participação política que se resume exclusivamente à participação eleitoral⁴ («dever eleitoral» e «prática política: nula»), sem que os indivíduos revelem qualquer interesse pela

⁴ Como é frequente em países que tiveram voto obrigatório até uma data relativamente recente, tais como a Itália (Memmi, 1985, p. 348). Actualmente, a Itália já não tem voto obrigatório (Le Duc, Niemi e Norris, 1996, p. 17, quadro n.º 1.3).

política («interesse nulo pela política»). Em termos de participação política, a única coisa que diferencia estes dois tipos é o cumprimento do «dever eleitoral», no segundo caso. Em terceiro lugar, temos a «participação activa», isto é, aquela que não se resume ao mero cumprimento do dever eleitoral («voto»), mas que inclui também o «interesse pela política» e a participação noutras actividades políticas para além do voto («outras práticas políticas»). Note-se que esta participação noutras actividades políticas para além do voto deverá incluir todas as acções dos indivíduos para obterem e processarem a informação política necessária à tomada de decisões eleitorais, podendo também passar pela participação em associações sócio-políticas, nas actividades ligadas à campanha eleitoral, em manifestações públicas, etc. (v. Mayer e Perrineau, 1992, pp. 14-15). Em quarto lugar, a abstenção eleitoral pode também ser interpretada como um indicador da «recusa da legitimidade do sistema político» ou como «um acto político». No primeiro caso poderemos enquadrar os indivíduos que recusam totalmente a legitimidade do sistema democrático («eleições = traição»), tais como os anarquistas e maoístas franceses em 1968 (Memmi, 1985, p. 349). No segundo caso poderemos enquadrar os indivíduos que, apesar de reconhecerem legitimidade ao regime democrático, manifestam o seu descontentamento (conjuntural) com o funcionamento do sistema político através da não participação em determinado acto eleitoral — Memmi (1985, p. 349) dá o exemplo dos comunistas franceses entre 1 e 15 de Junho de 1969. De toda esta tipificação da participação e da abstenção conclui Memmi: «[...] para a boa interpretação de uma prática política é necessário combiná-la com outras que lhe dão sentido num contexto determinado» (1985, p. 349).

Conforme teremos oportunidade de referir à frente com maior detalhe, a nossa pesquisa assenta na metodologia ecológica e, por isso, não possuímos informação sobre as atitudes dos indivíduos nem sobre as suas outras práticas políticas (para além do voto). Portanto, não podemos efectuar o cruzamento das diferentes práticas políticas que recomenda Memmi. Todavia, à frente procuraremos formular uma hipótese testável com os dados de que dispomos, partindo do conceito de «abstenção política» formulado por Memmi.

Sociologicamente, a participação (eleitoral) está dependente de um maior nível de recursos, sobretudo educacionais, que permitem aos indivíduos lidar com maior facilidade com o universo da política (Campbell *et al.*, 1980, pp. 475-481; Bourdieu, 1979, pp. 466-472; Lipset, 1989, p. 166; Memmi, 1985, pp. 338-341). Assim, o maior nível de instrução está ligado a uma maior participação política, pois esses recursos permitem aos indivíduos um mais fácil manuseamento (intelectual) de conceitos e abstracções, matéria-prima fundamental das mundivisões políticas (Campbell *et al.*, 1980, p. 476; Bourdieu, 1979, pp. 466-472; Lipset, 1989, p. 166; Memmi, 1985, pp. 338-339). Por outro lado, uma maior instrução permite uma maior integração social, quer em termos de prestígio social, quer em termos de maior propensão ao associativismo para a defesa dos interesses respectivos, e também estes factores impelem a uma maior participação eleitoral (Lipset, 1989, p. 166 e

169-172). Também as ocupações profissionais dos indivíduos, geralmente associadas a diferentes níveis de instrução, contribuem para uma maior ou menor proximidade ao universo da política por via da própria natureza do trabalho: as profissões ligadas à recolha, processamento e difusão de informação facilitam a proximidade ao universo abstracto das ideias políticas; logo, estas profissões estão associadas a maiores níveis de participação política (Lipset, 1989, p. 166). Por último, o maior estatuto social objectivo⁵ dos indivíduos está ligado a uma interiorização do mesmo, traduzido num maior sentido de «eficácia política» (Campbell *et al.*, 1980, pp. 479-480) ou de «competência social e política» (Bourdieu, 1979, pp. 478-479), isto é, o indivíduo «sente» que a sua participação é importante e pode ser eficaz e, por isso, participa mais (Campbell *et al.*, 1980, pp. 479-480; Bourdieu, 1979, pp. 478-479).

Todavia, o impacto negativo do baixo nível de recursos educacionais e do menor estatuto social sobre a participação político-eleitoral pode ser minimizado e até invertido pela socialização sócio-política. A frequência das interações com indivíduos em idênticas situações sócio-profissionais permite uma maior consciencialização dos interesses comuns e, daí, uma maior propensão para a defesa colectiva desses mesmos interesses; logo, os indivíduos nestas situações tendem a participar mais na política (Lipset, 1989, pp. 167-169). Pelo contrário, a desintegração sócio-profissional dos desempregados explicará a sua menor participação eleitoral (Lipset, 1989, p. 162). Por outro lado, a associação dos indivíduos em organizações profissionais (ordens, sindicatos, etc.), para a defesa dos respectivos interesses, funciona como elemento catalisador da participação eleitoral, até porque essas instituições funcionam como agências de socialização na participação (Lipset, 1989, pp. 169-170). Os próprios partidos políticos, sobretudo os antigos «partidos de integração»⁶, funcionam como agências de socialização política, nomeadamente através da endoutrinação, e podem inverter completamente os efeitos negativos do baixo

⁵ Por estatuto social objectivo entendemos o conjunto de recursos materiais e simbólicos que permitem definir os diferentes lugares na estrutura social, ou seja, a estrutura das desigualdades materiais e simbólicas, e que permitem posicionar os indivíduos nos sistemas de estratificação social.

⁶ Os «partidos de integração» são os partidos característicos dos períodos de maior alargamento do mercado eleitoral, por oposição aos seus antecessores, os «partidos de representação individual», característicos de períodos em que o mercado eleitoral era restrito e a participação política diminuta (Neuman, 1990, pp. 46-47). Os «partidos de representação individual» eram organizações políticas em que as actividades dos seus membros quase se limitavam à organização das campanhas eleitorais e, portanto, a organização estava praticamente «adormecida» fora dos períodos eleitorais. Isto é, a função da «máquina» partidária era quase só a de seleccionar os representantes (Neuman, 1990, p. 47). Pelo contrário, os «partidos de integração» não eram meros comités eleitorais, antes tentavam ter uma «crescente influência sobre todas as esferas do dia a dia da vida dos indivíduos», desde o berço até à morte (Neuman, 1990, pp. 47-48). Neste tipo de partidos incluem-se os partidos comunistas, socialistas e democratas-cristãos das primeiras vagas de massificação política (Neuman, 1990, pp. 47-48).

estatuto educacional e profissional sobre os níveis de participação eleitoral (Lipset, 1989, pp. 170-171; Memmi, 1989, p. 346). Por outro lado, as zonas de fortes concentrações operárias — fabris e residenciais —, geralmente associadas à presença das organizações sindicais e dos partidos de esquerda, estão também ligadas a uma maior participação eleitoral. Neste caso temos o efeito combinado, sobre a participação eleitoral, da concentração de indivíduos em idênticas posições sociais, logo mais propensos à consciencialização dos seus interesses, e da socialização política empreendida pelos partidos (Lipset, 1989, pp. 167-171). Este efeito mobilizador da acção dos partidos pode ser visto quer numa perspectiva de socialização, quer numa perspectiva da acção mobilizadora dos partidos em determinadas conjunturas eleitorais, em que as «máquinas» partidárias se empenham mais em mobilizar os seus potenciais apoiantes para votarem (Franklin, 1996, pp. 220-221).

Portanto, uma maior integração social e política pode levar a uma maior participação eleitoral, independentemente do nível de recursos materiais e educacionais dos indivíduos⁷. A própria integração sócio-profissional contribui para explicar a maior participação dos indivíduos de meia-idade, especialmente os menos educados, ao contrário do que se passa com os mais jovens e, em menor medida, com os mais velhos (Wolfinger e Rosenstone, 1980, pp. 57-61). Essa integração social pode ainda ser vista numa dimensão espacial, isto é, os indivíduos isolados e/ou das zonas rurais — tais como os camponeses, especialmente os menos integrados na economia de mercado — não só têm associados menores recursos educacionais, como desfrutam menos da interacção com indivíduos em situações profissionais idênticas⁸ e da socialização sócio-política associada (Campbell *et al.*, 1980, pp. 404-416; Lipset, 1989, pp. 167-169). Em situação inversa estão os residentes em zonas urbanas, geralmente caracterizados por um maior nível de recursos (económicos e educacionais) e que mais frequentemente desenvolvem as suas actividades profissionais em grandes e médias organizações empresariais (públicas ou privadas), ou seja, beneficiando de uma maior frequência de interacções com indivíduos em idênticas posições sociais. Os habitantes das zonas urbanas estão, por tudo isto, mais expostos aos fluxos de informação política (Lipset, 1989, pp. 167-169; Campbell *et al.*, 1980, pp. 404-416).

Segundo as teorizações que temos estado a apresentar, a abstenção é apresentada como consequência de um défice de recursos/«competência sócio-política» (Bourdieu, 1979) e do isolamento social e/ou geográfico (Lipset, 1989). No modelo sócio-psicológico (Campbell *et al.*, 1980), a ênfase é posta nas atitudes políticas (a informação política, o interesse pela política, a força da identificação

⁷ Todavia, em meios ideológicos radicais (por exemplo, anarquistas) um maior nível de integração política pode levar à recusa da participação eleitoral e à defesa (exclusiva) de formas de participação política não convencionais como forma de contestação do sistema.

⁸ O que não significa que não estejam integrados noutras redes sociais.

partidária, etc.) para explicar as variações na participação política (Campbell *et al.*, 1980, pp. 89-115). Isto é, as atitudes políticas são perspectivadas como a causa próxima do comportamento político-eleitoral, mediando o impacto dos determinantes sociais e da socialização política (primária e secundária) (Campbell *et al.*, 1980, pp. 18-37, 89-115 e 473-498; Mayer e Perrineau, 1992, pp. 59-62). Nessa linha, Mayer e Perrineau mostram que indivíduos com baixo estatuto económico e educacional, mas com forte nível de informação e interesse pela política, participam mais do que indivíduos com elevado estatuto, mas com fraco nível de informação e interesse pela política (Mayer e Perrineau, 1992, pp. 33-38; v. também Campbell *et al.*, 1980, pp. 480-481).

Com esta breve apresentação do «modelo sociológico» e do «modelo sócio-psicológico» do comportamento político-eleitoral não pretendemos esgotar o leque de perspectivas possíveis na abordagem destes fenómenos. Em termos de modelos do comportamento político-eleitoral, ressalta a nossa omissão do «modelo económico», cuja análise se centra nos custos e benefícios do acto de votar (Downs, 1957). Por outro lado, a maior variabilidade das taxas de participação eleitoral entre países face à variabilidade das taxas de participação eleitoral entre indivíduos remete para a enorme importância dos factores político-institucionais e das próprias características da oferta política (Franklin, 1996, p. 221). Mas apenas pretendemos esboçar algumas perspectivas teóricas que nos sirvam de guia para a formulação de hipóteses testáveis com os dados (ecológicos) que iremos utilizar.

Em primeiro lugar, consideramos que é expectável que os concelhos com maiores percentagens de indivíduos escolarizados e com uma estrutura de classes mais desenvolvida (maior peso relativo das classes sociais associadas ao sector terciário) tenham maiores níveis de participação eleitoral (*hipótese 1*). Pelo contrário, os concelhos com maiores níveis de analfabetismo e uma estrutura de classes mais arcaica (maior peso relativo das fracções de classe ligadas ao sector primário, especialmente camponeses) terão maiores taxas de abstenção (*hipótese 2*). Em segundo lugar, espera-se que os concelhos com maiores percentagens de população urbana tenham maiores taxas de participação (*hipótese 3*), por oposição aos concelhos com maior peso relativo da população rural, onde se esperam registar maiores taxas de abstenção (*hipótese 4*). Em terceiro lugar, considera-se que os concelhos com maiores percentagens de população idosa (com 65 e mais anos) terão maiores taxas de abstenção (*hipótese 5*)⁹. Em quarto lugar, considera-se que os concelhos com fortes concentrações operárias (industriais e rurais) terão maiores taxas de participação (*hi-*

⁹ Apesar de teoricamente ser também expectável uma menor participação eleitoral dos indivíduos mais jovens (Wolfinger e Rosenstone, 1980, pp. 37-61), não nos parece adequado formular tal hipótese porque o carácter jovem dos concelhos poderá estar associado a outras características de centralidade sócio-económica (percentagens de indivíduos com maiores níveis de escolaridade, peso das fracções de classes mais modernas, etc.) e, portanto, facilmente poderíamos incorrer no risco de «falácia ecológica» (Langbein e Lichtman, 1978).

pótese 6). Espera-se também que os concelhos com maiores taxas de desemprego exibam maiores taxas de abstenção (*hipótese 7*).

Por último, na linha da problematização apresentada por Memmi (1985), podemos considerar que, nos casos em que a abstenção eleitoral não esteja associada a factores de «isolamento social e geográfico», uma parte dessa abstenção terá um carácter político. Todavia, considerar esta hipótese para cada eleição *per se* poderia ser um erro, caso a parte da abstenção não explicável por factores sociológicos se devesse a uma má especificação do modelo regressional, ou seja, à ausência de determinadas variáveis consideradas relevantes para explicar a abstenção (Cárrion, 1995, pp. 411-412). Conforme já explicitámos, para além das determinações sociológicas, há que ter em conta, pelo menos, as determinações atitudinais da abstenção (baixo interesse pela política, etc.). Portanto, pode perfeitamente considerar-se que os modelos regressionais que vamos utilizar não estão totalmente especificados porque não incluem as determinações atitudinais. Mas, quando em certas eleições a determinação sociológica da abstenção baixa, isto é, baixa a variância da abstenção que é explicada pelas variáveis sócio-económicas, isso significa que as diferenças de abstenção entre os concelhos potencialmente mais abstencionistas (em termos sociológicos) e os concelhos potencialmente menos abstencionistas (em termos sociológicos) também baixaram. Portanto, podemos considerar que, quando há descidas no poder explicativo das variáveis sociológicas sobre as variações na abstenção, estaremos perante a subida de uma «abstenção política» (*hipótese 8*). Isto é, uma abstenção protagonizada por indivíduos socialmente bem integrados, mas conjunturalmente descontentes com o funcionamento do sistema político ou com algum/alguns dos seus agentes partidários. O cruzamento da evolução da abstenção entre eleições com a dinâmica eleitoral dos partidos políticos permitir-nos-á também testar o carácter político da abstenção.

III. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E DA ABSTENÇÃO ELEITORAL DOS PORTUGUESES EM ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Em termos de participação (v. quadro n.º 2), há a realçar o seu enorme decréscimo ao longo do período considerado, 1975-1995. Contudo, as eleições legislativas¹⁰ realizadas até 1980, inclusive, foram bastante participadas¹¹, sobretudo a eleição constituinte e a de 1979¹².

¹⁰ A eleição para a Assembleia Constituinte é uma eleição legislativa de carácter especial, isto é, não se pressupõe a formação de governo a partir dos resultados alcançados pelos partidos nessa eleição e a produção legislativa esperada diz apenas respeito à elaboração da lei fundamental.

¹¹ Como teremos oportunidade de comprovar no próximo ponto através da pesquisa comparativa.

¹² Seria muito interessante comparar os níveis e os padrões evolutivos da abstenção nas eleições legislativas com idênticos valores noutros tipos de eleições (presidenciais, autárquicas

A possibilidade, totalmente nova, de expressar livremente a vontade política após 48 anos de regime autoritário, a forte mobilização popular que caracterizou o processo revolucionário e a campanha contra a abstenção explicarão largamente esta enorme participação dos primeiros anos. Portanto, a elevada participação eleitoral dos portugueses nas primeiras eleições livres representou um elemento de forte legitimação do novo regime.

Evolução da participação e da abstenção eleitoral dos Portugueses em eleições legislativas, 1975-1995

(em percentagem dos inscritos e em valores absolutos/milhares)

[QUADRO N.º 2]

Participação e abstenção	1975	1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991	1995
Participação (votantes) (percentagem)	91,7	83,3	87,5	85,4	78,6	75,4	72,6	68,2	67,1
Abstenção (percentagem)	8,3	16,7	12,5	14,6	21,4	24,6	27,4	31,8	32,9
Total (inscritos) (percentagem)	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Votantes – valor absoluto	5 667	5 394	5 915	5 917	5 630	5 744	5 623	5 674	5 854
Inscritos – valor absoluto	6 178	6 478	6 757	6 925	7 159	7 622	7 741	8 322	8 719

Nota.— Os resultados referem-se apenas aos 20 círculos do território nacional.

Fontes: STAPE/MAI, 1995 (1975 a 1991); STAPE/MAI, 1997 (1995).

Todavia, a partir das eleições legislativas de 1983 e, sobretudo, a partir de 1987, Portugal tem registado elevadas taxas de abstenção, comparativamente falando. A dinâmica de crescimento de tal fenómeno inicia-se logo a partir de 1980, inclusive, mas só em 1983 se ultrapassa a casa dos 20%. Para além do problema da chamada «abstenção técnica», têm sido apontadas algumas interpretações para este fenómeno de crescente abstenção em Portugal.

Manuel Braga da Cruz, comentando os desenvolvimentos eleitorais entre 1975 e 1991, aponta alguns factores da crescente abstenção eleitoral: em termos sociais, o envelhecimento da população, a litoralização do país, com o aumento dos custos do acto de votar nas zonas do interior, e a diminuição da conflitualidade social, com a conseqüente «normalização» do sistema político e económico; em termos políticos, a partidocracia, contribuindo para a «sensação» de perda de influência dos cidadãos no sistema político, assim como a «desesquerdização» da política e o enraizamento de uma cultura política de

e europeias). Todavia, tais comparações saem claramente fora do âmbito deste artigo. Em primeiro lugar, porque os constrangimentos de espaço não o permitem. Em segundo lugar, porque tais comparações extravasariam os objectivos que nos propusemos.

autoridade¹³. Uma última dimensão política do abstencionismo eleitoral ter-se-á prendido com alguma perda de competitividade do sistema partidário, com a divisão e enfraquecimento da oposição¹⁴ (1995, pp. 310-311). Contudo, estas teses são, sobretudo, hipóteses explicativas, isto é, carecem de comprovação empírica.

Analisando os resultados eleitorais entre 1975 e 1991, Joaquim Aguiar apresenta a evolução da abstenção como uma via de saída para os eleitores descontentes com a actuação dos partidos com que mais se identificam. Esse fenómeno terá penalizado sobretudo a esquerda (PS e PCP e aliados¹⁵), beneficiando o PSD (1994, pp. 214-226). Para além da pertinência desta tese, testada através do cruzamento da evolução do voto nos partidos com a evolução da abstenção, há que ter em conta que o maior crescimento da «abstenção técnica» se regista precisamente no período de maior crescimento do PSD. Note-se que não estamos a estabelecer um nexo de causalidade entre a subida do PSD ao poder e o crescimento da «abstenção técnica»¹⁶. Pretende-se apenas dizer que a correlação encontrada por Joaquim Aguiar *poderá* ter algum carácter espúrio, pois o período de maior crescimento da «abstenção técnica» *coincidiu* com o período de maior crescimento do PSD. Voltaremos a este ponto.

Debruçando-se sobre a evolução da abstenção por distritos (1975 a 1991), Filipe Montargil refere que, nas eleições de 1987 e 1991, o crescimento da abstenção foi maior nos distritos do Sul do país, geralmente mais afectos à esquerda (1995, pp. 57-59). Esta diferenciação regional já é menos compatível com o crescimento sistemático da «abstenção técnica», porque esta tem tido uma particular expressão territorial nos distritos do Interior Norte (Bragança, Castelo Branco, Guarda, Vila Real e Viseu) e do Sul (Beja, Évora e Portalegre), embora também nos distritos de Lisboa e Viana do Castelo os respectivos valores tenham sido quase sempre superiores à média nacional¹⁷ (Vasconcelos e Archer, 1991, p. 5; Archer, 1996). Portanto, a «abstenção técnica» tem tido maior incidência nos distritos mais rurais¹⁸, pelo que há que ter algum cuidado na interpretação do carácter rural da abstenção. Por outro lado, a sua maior implantação relativa no Interior Norte¹⁹ é um traço contraditório com um maior crescimento da abstenção em todos os distritos do Sul do país e, sobre-

¹³ Durante as maiorias absolutas do PSD (1987 e 1991), com o estilo «musculado» do primeiro-ministro, Cavaco Silva.

¹⁴ V. nota anterior.

¹⁵ Sob a forma das coligações APU e CDU.

¹⁶ Para uma análise detalhada de alguns dos factores que estão na base da «inflação» do número de inscritos no RE em Portugal, v. Montargil (1995), pp. 68-78.

¹⁷ Ainda que com valores geralmente inferiores aos registados no Interior Norte e Sul.

¹⁸ Problema com idênticos contornos em Espanha (Justel, 1995, p. 35).

¹⁹ Os valores da «abstenção técnica» nos distritos do Interior Norte são maiores do que nos distritos do Interior Sul (Archer, 1996).

tudo, mais a sul do que a norte, o que significa que esse crescimento desigual terá de ser explicado por outros factores que não a «abstenção técnica».

IV. A ABSTENÇÃO ELEITORAL DOS PORTUGUESES EM PERSPECTIVA COMPARADA

Uma avaliação precisa da dimensão da abstenção em Portugal implica uma análise comparativa (quadro n.º 3), para a qual tomámos algumas opções: só considerámos as democracias ocidentais longamente consolidadas²⁰ e as democracias recentes do Sul da Europa (Espanha e Grécia); separámos os países que têm e que não têm voto obrigatório²¹, seguindo de perto as indicações de Justel (1995, pp. 69-80); as democracias sem voto obrigatório foram subdivididas em dois grupos: europeias e não europeias; Portugal foi subdividido em dois casos: com (I) e sem (II) a Assembleia Constituinte, dado o carácter extraordinário da participação nesta última eleição.

No grupo de países com voto obrigatório, o nível médio de abstenção é cerca de metade dos outros grupos. Por outro lado, a dispersão em torno do valor médio é substancialmente menor²². Sublinhe-se ainda o nível mais elevado de brancos e nulos, muito provavelmente induzido pela norma da obrigatoriedade do voto (Justel, 1995, p. 77).

Os outros dois grupos não apresentam grande diferenciação entre si, quer em termos de abstenção, quer em termos de brancos e nulos. No subgrupo de países no qual incluímos Portugal, a abstenção média é 20%, ou seja, a participação eleitoral anda na casa dos quatro quintos dos eleitores. Os países mais abstencionistas são a Espanha, a Irlanda, o Reino Unido, a França e Portugal II, por ordem de importância do fenómeno. Com a inclusão da eleição constituinte (Portugal I) a situação pouco se altera. Portanto, Portugal apresenta um nível intermédio de abstenção face aos países da nossa área geocultural e sem voto obrigatório, enquanto a Espanha lidera a tabela.

²⁰ Não apresentamos os resultados para a Suíça e os EUA, dado o carácter «desviante» das respectivas taxas de abstenção (Justel, 1995; Franklin, 1996) e os constrangimentos de espaço.

²¹ Mesmo os países que já não têm voto obrigatório, mas que o tiveram em passado recente (Holanda e Itália), denotam ainda os efeitos dessa obrigatoriedade. Incluímos também a Grécia e a Áustria — obrigatoriedade parcial — por idênticas razões (Justel, 1995; LeDuc, Niemi e Norris, 1996).

²² O «desvio-padrão» e a «média de brancos e nulos» referem-se a um período temporal mais limitado (1977-1990) e a um número mais reduzido de eleições do que os dados referentes à «abstenção média» (1960-1995) (v. notas do quadro n.º 3). Esta diferenciação leva a que utilizemos o desvio-padrão (extraído de Justel), e não o coeficiente de variação, que seria a medida mais adequada para comparar a dispersão, tendo em conta que as médias são diferentes. Se abstrairmos dessas diferenças e calcularmos os coeficientes de variação, constatamos que a dispersão em torno da média é praticamente igual entre o primeiro (0,14) e o segundo grupo de países (0,15) e que o terceiro grupo [«Democracias sem voto obrigatório (não europeias)»] exhibe a menor dispersão (0,12).

Níveis de abstenção nas eleições legislativas (câmara baixa) em democracias consolidadas, 1960-1995¹

(em percentagem dos inscritos no censo eleitoral)

[QUADRO N.º 3]

	Países	Abstenção média		Desvio-padrão ²		Média de brancos e nulos ²	
		Percentagem	Número de eleições	Percentagem	Número de eleições	Percentagem	Número de eleições
Democracias com voto obrigatório (actualmente ou em passado recente)	Holanda	17	7 ⁴	3,2	5 ⁴	0,4	5 ⁴
	Grécia	14	10	1,7	5	1,3	5
	Itália	10	9	0,6	3	4,9	3
	Bélgica	9	12	0,7	5	7,3	5
	Áustria	8	9	2,0	4	1,7	4
	Austrália	5	14	0,6	6	3,1	6
	<i>Média total</i>	11	—	1,5	—	3,1	—
Democracias sem voto obrigatório (europeias)	Espanha	27	6	4,7	5	1,4	5
	Irlanda	26	11	1,9	6	0,7	6
	Reino Unido	25	9	1,4	3	0,2	3
	França	24	9	6,1	4	1,9	4
	Portugal II ³	23	8	7,2	8	2,7	8
	Finlândia	22	10	1,5	3	0,3	3
	Portugal I ³	21	9	8,2	9	3,1	9
	Noruega	19	9	0,6	4	0,1	4
	Alemanha (RFA)	14	9	3,5	4	0,6	4
	Suécia	14	14	1,8	4	0,8	4
Dinamarca	13	14	3,3	7	0,7	7	
Islândia	11	10	0,4	4	1,8	4	
<i>Média total</i>	20	—	3,0	—	1,1	—	
Democracias sem voto obrigatório (não europeias)	Japão	29	12	2,4	5	1,0	5
	Canadá	24	11	2,4	4	0,5	4
	Israel	20	9	0,4	4	0,8	4
	Nova Zelândia	12	12	4,7	5	1,1	5
	<i>Média total</i>	21	—	2,5	—	0,9	—

¹ Só os dados referentes às médias de abstencionistas abrangem o período 1960-1995. Exceptuam-se a Holanda, que o autor só contabiliza a partir do fim do voto obrigatório (1968), Portugal, a Espanha e, parcialmente, a Grécia, estes últimos dado o carácter recente das respectivas democracias.

² Os dados referentes aos desvios-padrão da abstenção e aos votos brancos e nulos apenas se referem ao período 1977-1990; daí que o número de eleições seja substancialmente mais reduzido.

³ Portugal I inclui as eleições para a Assembleia Constituinte. Portugal II apenas inclui as eleições entre 1976 e 1995. Apenas Portugal I foi contabilizado para o cálculo das médias.

⁴ A diversidade de fontes implica que o número de eleições na base dos cálculos seja diferente: o trabalho de Justel analisa apenas o período 1997-1990, ao passo que o trabalho de Franklin analisa o período 1960-1995. No caso de Portugal, os dados foram construídos a partir das estatísticas do STAPE e abrangem todo o período democrático. Não foram considerados os resultados nos círculos de fora do território nacional.

Fontes: Dados elaborados a partir de Franklin (1996), p. 218, quadro n.º 8.1 (médias de abstenção eleitoral); Justel (1995), pp. 74 e 76, quadros n.ºs 4.2 e 4.3 (desvios-padrão da abstenção, brancos e nulos); STAPE, 1995 e 1997 (Portugal).

Todavia, em termos de dispersão em torno do valor médio, Portugal (I e II) lidera a tabela, seguido da França e da Espanha. Quer dizer, as oscilações nas taxas de abstenção portuguesas são as mais elevadas do grupo de países que estamos a considerar e mesmo do conjunto de países constantes no quadro n.º 3. O valor mínimo e o máximo da abstenção estão bastante distantes: o mínimo foi de 8,3% (ou 12,5%, Portugal II) e o máximo de 32,9% em 1995 (amplitude de 24,6). Aliás, a média da abstenção nas três últimas eleições legislativas portuguesas (30,7%) foi, de facto, bastante elevada em termos comparados.

O problema com a medição da abstenção em Portugal tem a ver com o elevado volume da «abstenção técnica». O excesso de inscritos no censo eleitoral (RE/STAPE) face ao número de residentes com 18 e mais anos (censos e estimativas intercensitárias do INE) apenas adquiriu proporções exageradas a partir de 1985: entre 1975 e 1983, o peso percentual do excesso de inscritos no conjunto dos residentes com 18 e mais anos teve os seus máximos em 1980 (2,5%) e 1983 (2,4%) (Vasconcelos e Archer, 1991); a partir daí atingiu dimensões demasiado elevadas: 5,3% em 1985, 6,3% em 1987 e 13,1% em 1991 e 1994²³ (Vasconcelos e Archer, 1991; Archer, 1996). Mesmo com o início da reforma do processo eleitoral em 1998, durante a qual terão sido «limpos» cerca de 400 000 «eleitores fantasma»²⁴, a dimensão do fenómeno terá persistido algo elevada, pois já em 1994 o excesso era de cerca de um milhão de eleitores²⁵.

Se calcularmos a abstenção em relação ao total de residentes com 18 e mais anos (INE)²⁶, conclui-se que os níveis de abstenção teriam sido de 20,7%, 22,8%, 22,9% e 23,6%, respectivamente, para as eleições de 1985, 1987, 1991 e 1995²⁷. Portanto, a subida da abstenção entre 1985 e 1995 teria sido ligeira. Em segundo lugar, mesmo só contando com estas quatro eleições, Portugal manteria a mesma posição intermédia que ocupa no seio das «democracias europeias sem voto obrigatório»²⁸.

Todavia, também os outros países registam desvios entre os valores dos inscritos no censo eleitoral e o número de indivíduos com capacidade eleitoral activa. Em França, no Reino Unido e nos EUA, o número de eleitores é

²³ Para o ano de 1994 (estimativa intercensitária do número de residentes com 18 e mais anos) estamos a considerar os inscritos (censo eleitoral) nas legislativas de 1995.

²⁴ V. *Público* de 24-4-98 e *Expresso* de 1-5-98.

²⁵ Este número é contradito pela IDEA - *Institute for Democracy and Electoral Assistance*, que aponta para um excesso de 1 400 000 (v. M. V. Cabral, *Diário de Notícias* de 29-5-98).

²⁶ E não face aos inscritos no censo eleitoral (RE).

²⁷ No caso das eleições de 1995, a percentagem de abstencionistas foi calculada com base nos residentes com 18 e mais anos em 1994 (estimativas intercensitárias do INE).

²⁸ Porventura melhoraria ligeiramente a sua posição no *ranking* porque esses países têm, de forma geral, visto crescer as respectivas taxas de abstenção nas eleições mais recentes (Lane e Ersson, 1999, p. 141).

menor do que o número de residentes com 18 e mais anos (Justel, 1995; Subileau e Toinet, 1989). Em Espanha, o problema é idêntico ao português, mas com menor dimensão: para 1986, Justel aponta um desvio na ordem dos 3% (cerca de 1 milhão de inscritos em excesso); para as eleições anteriores a 1986, o desvio terá variado entre 2% e 6%; com o censo de 1987, o excesso terá sido reduzido para cerca de 400 000 inscritos, tendo sido expurgados cerca de 680 000 eleitores «fantasmas» (Justel, 1995, pp. 50-53).

V. DETERMINANTES SÓCIO-CULTURAIS E ECONÓMICOS DA ABSTENÇÃO, 1983-1995

Embora tendo presente o grande peso da «abstenção técnica», é importante perceber quais os factores sociais, culturais e económicos²⁹ que melhor explicam o perfil dos abstencionistas no período 1983-1995. Na introdução já tivemos oportunidade de explicar as razões da escolha deste período específico.

Em termos metodológicos, vamos utilizar a perspectiva ecológica (Langbein e Lichtman, 1978), isto é, as unidades de análise são espaço-administrativas: os concelhos. Assim, toda a informação referente à abstenção e às estruturas sociais se reporta a valores concelhios. São conhecidos os riscos de «falácia ecológica» (King, 1997, pp. 12-17), ou seja, os problemas que se colocam ao extrapolar para o comportamento individual as conclusões retiradas a partir dos dados ecológicos (agregações de comportamentos individuais). Consequentemente, é preciso ter presente que as extrapolações para o comportamento individual têm um carácter aproximativo.

Dado que temos um elevado número de indicadores das estruturas sociais³⁰ (vinte variáveis), vamos reduzir a respectiva dimensionalidade através da análise (factorial) de componentes principais (ACP)³¹ (Dunteman, 1989). Não incluímos neste processo os indicadores da conjuntura económica³², cujo

²⁹ Por facilidade de expressão, doravante referir-nos-emos a este conjunto de elementos apenas como «estruturas sociais» ou «estruturas de clivagem», embora os dados referentes ao desemprego sejam mais de carácter conjuntural do que estrutural.

³⁰ A maior parte dos indicadores refere-se ao ano de 1991. Consequentemente, poderia argumentar-se que tais dados são desadequados para analisar as eleições dos anos 80. Todavia, a distância dos censos 91/INE face às eleições de 1985 é de seis anos, ao passo que a diferença face aos censos 81/INE é de quatro anos. Portanto, tal argumento só se justificaria para as eleições de 1983. Mas, mesmo nesse caso, a possível desadequação é discutível. Por exemplo, Justel utiliza sempre os mesmos dados sócio-demográficos para analisar todo o período 1977-1993, argumentando que essa é a melhor maneira de medir a evolução do impacto das variáveis estruturais, pois estas são mantidas constantes (1995, pp. 121-127). Pelo contrário, os indicadores da conjuntura económica, precisamente pelo seu carácter conjuntural, referem-se ao período temporal mais próximo das eleições (v. notas do quadro n.º 7).

³¹ Utilizámos a rotação ortogonal *varimax*.

³² Três variáveis (v. notas do quadro n.º 7).

impacto pretendemos medir em separado. Após a redução da informação, as dimensões extraídas servirão como indicadores compósitos das estruturas sociais (variáveis independentes³³), cujo impacto sobre a abstenção nas diferentes eleições se irá avaliar através de regressões (lineares) múltiplas. Portanto, a variável dependente é sempre a abstenção, medida através dos resultados da contabilidade oficial (STAPE).

Quer a extracção dos indicadores compósitos, quer as análises regressionais, serão realizadas para diferentes espaços de referência (Derivry e Dogan, 1971), isto é, procurámos aferir quais os factores que melhor explicam a abstenção no continente, na Região Norte/Centro³⁴ e na Região Sul³⁵.

No continente foram extraídas cinco dimensões de clivagem (quadro n.º 4)³⁶. A 1.ª componente pode ser interpretada como *centralidade* e *urbanidade*: *centralidade*³⁷ pelo peso (positivo) dos índices de rendimento e industrialização, das fracções mais modernas da estrutura de classes e da escolaridade; *urbanidade* pelo peso (positivo) das variáveis referentes ao *habitat* urbano. A 2.ª componente pode ser designada como *terciarização semiurbana* e *secularização* versus *ruralidade*. *Terciarização semiurbana* porque as fracções de classe associadas ao terciário e ao *habitat* semiurbano têm um peso elevado (positivo). Pelo contrário, o *habitat* rural, a religiosidade (missalizante) e a pequena burguesia agrícola têm um peso negativo. A 3.ª componente refere-se à clivagem *envelhecimento* versus *juventude*. Registe-se a associação positiva do analfabetismo com o pólo «envelhecimento». O 4.º factor pode ser intitulado *assalariamento* e *grande propriedade agrícola* (trabalhadores manuais do sector e dimensão média das explorações agrícolas com peso elevado). Também o analfabetismo tem peso positivo na componente. Por fim, a 5.ª dimensão pode ser descrita como *trabalhadores industriais* versus *pequena burguesia agrícola*.

³³ Assim como os indicadores da conjuntura económica.

³⁴ Região Norte e Centro. Doravante designaremos esta região apenas como Região Norte.

³⁵ Região de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve. Seria muito interessante e pertinente utilizar divisões regionais mais finas, tais como as que utiliza Joaquim Aguiar (1994) e Gaspar *et al.* (1990, pp. 87-170). Todavia, constrangimentos de espaço não nos permitem adoptar tal estratégia metodológica.

³⁶ Nos quadros n.ºs 4, 5 e 6, excluindo os valores próprios e a variância explicada acumulada, as células das matrizes apresentam os pesos ou saturações factoriais (*loadings*). Estes pesos factoriais representam o coeficiente de correlação entre cada variável e cada componente — apenas são apresentados os pesos iguais ou superiores a 0,4 —, ou seja, permitem determinar a importância relativa de cada variável em cada factor. O sinal dos pesos factoriais, tal como o dos tradicionais coeficientes de correlação, exprime o sentido da relação entre as variáveis e a componente, assim como o sentido das relações do conjunto de variáveis em cada componente.

³⁷ Numa diferenciação entre zonas mais desenvolvidas (centrais) e menos desenvolvidas (periféricas) há que ter conta itens como o nível de escolaridade das populações, os níveis de industrialização e terciarização, o tipo de estrutura de classes, o peso da população urbana, etc. As zonas com maiores percentagens de população com níveis de escolaridade elevados, com maiores taxas de industrialização e terciarização são claramente mais centrais.

Matriz factorial: estruturas de clivagem no continente (a)
(N = 275)

[QUADRO N.º 4]

Variáveis	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4	Factor 5
Índice de rendimento (sales index), 1995 .	0,86358	–	–	–	–
Densidade populacional, 1991	0,85418	–	–	–	–
Índice de desenvolvimento industrial, 1992	0,78311	–	–	–	–
População urbana (reside centros com >= 10 000 habitantes), 1991	0,73349	–	–	–	–
Nova burguesia assalariada, 1991	0,67177	0,52508	–	–	–
Burguesia, 1991	0,56269	–	–	-0,40665	–
População rural (reside isolada ou centros < 2000 habitantes), 1991	–	-0,80003	–	–	–
Missalizantes, 1991	–	-0,74252	–	–	–
Trabalhadores não manuais (terciário), 1991	0,45811	0,72180	–	–	–
População semiurbana (reside centros > 1999 e < 10 000 habitantes), 1991 . .	–	0,69407	–	–	–
População com >= 9.º ano de escolaridade e com idade >= 15 anos, 1991	0,63508	0,64411	–	–	–
População residente com idade >= 65 anos, 1991	–	–	0,90345	–	–
População residente reformada, 1991	–	–	0,89536	–	–
População residente com idade < 15 anos, 1991	–	–	-0,88832	–	–
População analfabeta e com idade >= 10 anos, 1991	–	–	0,66086	0,42538	–
Trabalhadores manuais agrícolas, 1991	–	–	–	0,81460	–
Dimensão média das explorações agrícolas, 1989	–	–	–	0,66165	–
Pequena burguesia, 1991	-0,40484	–	–	-0,48067	–
Trabalhadores manuais da indústria, 1991.	–	–	–	–	-0,92582
Pequena burguesia agrícola, 1991	–	-0,61933	–	–	0,64852
Valor próprio (percentagem de variância explicada por cada componente)	38,9	18,5	10,0	6,6	6,1
Variância explicada acumulada (percentagem)	38,9	57,3	67,3	74,0	80,0

a) A maior parte dos indicadores refere-se ao ano de 1991 (censo do INE), excepto o índice de rendimento (1995), o índice de desenvolvimento industrial (1992) e a dimensão média das explorações agrícolas (1989). Quase todos os indicadores se referem a percentagens concelhias da população residente (*habitat*, grupos etários, reformados), da população activa (fracções de classe) e da população com mais de 14 (escolaridade) ou 9 anos (analfabetismo). Exceptuam-se o índice de rendimento (permilagem), a densidade populacional (número de habitantes por km²) e a dimensão média das explorações agrícolas (rácio da superfície agrícola utilizável, em hectares, pelo número de explorações agrícolas), embora também se refiram a valores concelhios. Sobre a construção dos índices e da tipologia de classes sociais, v. apêndice I.

Fontes: Dados elaborados a partir de Antunes (1995), Markttest (1998), MTS/DE (1994) e Virtual Sin (1996).

Para a Região Norte (quadro n.º 5), a 1.ª componente pode ser interpretada como *urbanidade e centralidade* versus *ruralidade e confessionalidade*: as

variáveis referentes à *urbanidade* e à *centralidade* têm peso positivo elevado; com sinal contrário aparecem o *habitat* rural, o analfabetismo, a pequena burguesia agrícola e os missalizantes. Na 2.^a *componente* temos o eixo *envelhecimento* versus *juventude*. O pólo do envelhecimento (positivo) tem associado o analfabetismo, enquanto o pólo da juventude tem associada a religiosidade. A 3.^a *dimensão* pode ser intitulada *trabalhadores industriais* versus *pequena burguesia agrícola*. Quer o analfabetismo, quer a dimensão média das explorações agrícolas³⁸, quer ainda o assalariamento agrícola, têm peso positivo, tal como a pequena burguesia agrícola. O 4.^o *factor* apenas opõe dois tipos de *habitat* pelo que pode ser interpretado como *semiurbano* versus *rural*, o primeiro com peso mais elevado (negativo). A 5.^a *componente* pode ser designada como *assalariamento agrícola* (peso negativo).

Na Região Sul (quadro n.º 6), a 1.^a *componente* pode ser interpretada como *envelhecimento e periferização* versus *juventude e centralidade*. *Envelhecimento e periferização* dado o peso (positivo) das variáveis referentes à idade e ao analfabetismo. Também o *habitat* rural e a estrutura de classes reforçam esse carácter periférico. *Centralidade* dado o peso da escolaridade, das fracções de classe associadas ao terciário e do *habitat* urbano. A 2.^a *componente* será intitulada *centralidade e urbanidade*. O 3.^o *factor* pode ser descrito como *assalariamento e grande propriedade agrícola*. No pólo oposto temos a pequena burguesia e a religiosidade (peso negativo). Na 4.^a *componente* temos *trabalhadores industriais e religiosidade* (pesos negativos). Em oposição (peso positivo) temos os trabalhadores não manuais do terciário. A 5.^a *componente* pode ser interpretada como *semiurbanidade* (peso negativo).

Passando às análises regressionais³⁹ (v. quadro n.º 7), ao nível do espaço continental podemos constatar que as estruturas sociais e a conjuntura eco-

³⁸ Esta dimensão tem na Região Norte/Centro uma relevância reduzida, ao contrário do que se passa no conjunto do espaço continental e na Região Sul. De facto, poderemos estar perante uma mera passagem de concelhos urbanos ou semiurbanos para concelhos rurais, com o conseqüente crescimento da dimensão média das explorações agrícolas. A atestá-lo está o facto de essa variável e a pequena burguesia agrícola (associada à pequena dimensão da propriedade agrícola) serem os itens com maior peso positivo no factor.

³⁹ A regressão linear múltipla é uma técnica estatística multivariada que permite determinar em que medida as variações na variável dependente, *Y* (abstenção), são explicáveis pelas variações nas variáveis independentes, *X*₁, *X*₂, etc. (indicadores das estruturas sócio-económicas e culturais, taxa de desemprego, taxa de variação no desemprego e taxa de variação nas remunerações). Todavia, assenta no pressuposto de que a relação entre as variáveis é linear, ou seja, que o efeito das variáveis independentes sobre a variável dependente é o mesmo qualquer que seja o valor das primeiras (Carrión, 1995, p. 411). Portanto, através deste modelo apenas podemos chegar à conclusão sobre se há ou não há relação linear entre as variáveis independentes e a variável dependente. Se a conclusão for negativa (teste *F* não significativo), isso não significa que não haja qualquer tipo de relação entre as variáveis, mas apenas que não há relação linear. Todavia, poderá haver uma relação de outro tipo: curvilínea, etc. Nesse caso, seria mais adequado optar por outro modelo estatístico, de tipo não linear. No caso vertente, apenas para a Região Sul, eleições de 1991, poderia levantar-se tal hipótese. Contudo, o valor do teste *F* (0,10) está mesmo em cima do limite de 10% de margem de erro. Por outro lado,

Matriz factorial: estruturas de clivagem, Norte/Centro
(N = 162)

[QUADRO N.º 5]

Variáveis	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4	Factor 5
População urbana (reside centros c/ >= 10 000 habitantes), 1991	0,88259	-	-	-	-
População com >= 9.º ano de escolaridade e com idade >= 15 anos, 1991	0,87954	-	-	-	-
Índice de rendimento (<i>sales index</i>), 1995	0,87060	-	-	-	-
Nova burguesia assalariada, 1991	0,84080	-	-	-	-
Densidade populacional, 1991	0,79452	-	-	-	-
População rural (reside isolada ou centros < 2000 habitantes), 1991	-0,74380	-	-	0,52580	-
Burguesia, 1991	0,72796	-	-	-	-
Índice de desenvolvimento industrial, 1992	0,72511	-	-	-	-
Trabalhadores não manuais (terciário), 1991	0,69681	-	-	-	-
População residente com idade < 15 anos, 1991	-	-0,90920	-	-	-
População residente reformada, 1991	-	0,86672	-	-	-
População residente com idade >= 65 anos, 1991	-	0,84473	-	-	-
População analfabeta e com idade >= 10 anos, 1991	-0,47705	0,53543	0,51767	-	-
Missalizantes, 1991	-0,40009	-0,46788	-	-	-
Trabalhadores manuais da indústria, 1991	-	-	-0,91796	-	-
Pequena burguesia agrícola, 1991	-0,40416	-	0,69357	-	-
Dimensão média das explorações agrícolas, 1989	-	-	0,59492	-	-
População semiurbana (reside centros com >1999 e <10 000 habitantes),1991	-	-	-	-0,83354	-
Trabalhadores manuais agrícolas, 1991	-	-	0,44505	-	-0,73764
Pequena burguesia, 1991	-	-	-	-	0,64577
Valor próprio (percentagem de variância explicada por cada componente)	41,7	16,5	7,7	7,0	5,5
Variância explicada acumulada (percentagem)	41,7	58,2	66,0	73,0	78,5

V. notas do quadro n.º 4.

Fontes: V. referências no quadro n.º 4.

a evolução 1983-1995 aponta para a existência de uma relação linear. Por isso, parece-nos adequado presumir que estaremos apenas perante um declínio do poder explicativo das variáveis sociológicas, mas não que a relação seja de tipo não linear. Para cada variável independente, o nível de significância associado ao *beta* respectivo indica-nos se o impacto dessa variável independente sobre a variável dependente é ou não significativo. Uma outra medida importante nas análises de regressão é o R^2 ou variância explicada (ou ainda coeficiente de determinação). Esta medida indica-nos a parte da variabilidade na variável dependente que é explicada pela variação nas variáveis independentes. Para uma descrição exaustiva e exemplificada desta técnica, v. Carrión (1995), pp. 409-456.

nómica dão conta de cerca de 50% da variação da abstenção, excepto aquando das duas maiorias absolutas do PSD (1987 e 1991), eleições nas quais o perfil social dos abstencionistas foi mais reduzido (35% e 43% da variância explicada). Para além de que, em qualquer caso, pelo menos metade da abstenção não é explicável por factores sociais e económicos, a redução do impacto desses determinantes, em 1987 e 1991, remete para uma maior abstenção de carácter político nesse período. A análise por subespaços de

Matriz factorial: estruturas de clivagem, Sul
(N = 113)

[QUADRO N.º 6]

Variáveis	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4	Factor 5
População residente com idade >= 65 anos, 1991	0,93142	-	-	-	-
População residente reformada, 1991	0,90394	-	-	-	-
População analfabeta e com idade >= 10 anos, 1991	0,84898	-	-	-	-
População residente com idade < 15 anos, 1991	-0,83417	-	-	-	-
População com >= 9.º ano de escolaridade e com idade >= 15 anos, 1991	-0,70442	0,55674	-	-	-
População rural (reside isolada ou centros com < 2000 habitantes), 1991	0,60037	-	-	-	0,44391
Burguesia, 1991	-0,59304	0,56516	-	-	-
Pequena burguesia agrícola, 1991	0,57461	-	-	-	-
População urbana (reside centros com >= 10 000 habitantes), 1991	-0,53582	0,49708	-	-	0,40235
Índice de rendimento (<i>sales index</i>), 1995	-	0,92919	-	-	-
Índice de desenvolvimento industrial, 1992	-	0,88725	-	-	-
Densidade populacional, 1991	-	0,85058	-	-	-
Nova burguesia assalariada, 1991	-0,54091	0,62582	-	-	-
Dimensão média das explorações agrícolas, 1989	-	-	-0,67913	-	-
Pequena burguesia, 1991	-	-0,40421	0,67400	-	-
Missalizantes, 1991	-	-	0,56997	-0,46434	-
Trabalhadores manuais agrícolas, 1991	0,54641	-	-0,55313	-	-
Trabalhadores manuais da indústria, 1991	-	-	-	-0,84071	-
Trabalhadores não manuais (terciário), 1991	-0,51958	-	-	-	-
População semiurbana (reside centros com >1999 e <10 000 habitantes), 1991	-	-	-	0,58956	-
Valor próprio (percentagem de variância explicada por cada componente)	44,1	12,8	10,2	6,5	6,2
Variância explicada acumulada (percentagem)	44,1	56,9	67,1	73,6	79,8

V. notas do quadro n.º 4.

Fontes: V. referências no quadro n.º 4.

referência permite-nos concluir que esse processo se passou sobretudo a sul, ou seja, para além de os factores sociais e económicos terem muito maior impacto sobre a abstenção na Região Norte do que na Região Sul, verificamos que a partir de 1987 há uma descida substancial do impacto dos determinantes sociais na explicação do perfil dos abstencionistas do Sul do país, com maior relevo para a eleição de 1991⁴⁰. Estando o Sul do país associado a uma maior implantação das forças políticas de esquerda, mais uma razão para pensarmos que foi aí que a abstenção política mais cresceu, tendo atingido mais os partidos de esquerda, confirmando de algum modo as teses de Joaquim Aguiar (1994). Voltaremos a este ponto. A sul, nas eleições de 1995, há uma certa recuperação do impacto das estruturas sociais sobre o abstencionismo, mas de qualquer modo abaixo dos resultados de 1985 e 1983. Sublinhe-se que as estruturas sociais em muito pouco contribuem para explicar a abstenção na Região Sul (máximo de 30% em 1983 e mínimo de 11% em 1991), ao contrário do que se passa a norte (os determinantes sociais contribuem para explicar cerca de 50% do perfil dos abstencionistas).

Ao nível do espaço continental e para todo o período 1983-1995, há três elementos das estruturas de clivagem que melhor explicam o perfil dos abstencionistas e dos cidadãos eleitoralmente activos⁴¹: o *habitat* rural e a confessionalidade, mais associados à abstenção, por oposição ao *habitat*

⁴⁰ Nestas eleições o modelo nem sequer se revela adequado para um nível de significância de 10%.

⁴¹ A hierarquização da importância explicativa de cada um dos elementos das estruturas sociais faz-se através da análise dos coeficientes de regressão standardizados (*betas*). Utilizamo-los porque não são influenciados pelas diferentes unidades de medida de cada uma das variáveis e pelas diferenças nos respectivos valores médios. Os *betas* são interpretados como *mudanças em unidades* de desvio-padrão na variável dependente, *Y*, associados à *mudança de uma unidade* de desvio-padrão na variável independente, *X*, mantendo constantes todas as outras variáveis independentes (Carrión, 1995, pp. 397-398). Tomemos como exemplo as eleições legislativas de 1995, continente. O desvio-padrão da abstenção foi de 5,09 (variável dependente). Os factores (variáveis independentes) são indicadores compostos standardizados, ou seja, média 0 e desvio-padrão 1. Assim, para o primeiro factor (F1/*beta*: -0,151), *centralidade e urbanidade*, o acréscimo de uma unidade de desvio-padrão (1) traduz-se num decréscimo de -0,76859 na abstenção (-0,151*5,09 = -0,76859). O sinal do *beta* indica-nos a proximidade do fenómeno da abstenção com cada um dos pólos da clivagem (factor). O sinal negativo do coeficiente (*beta*) associado ao factor 1 indica-nos que, quando crescem os valores dos indicadores referentes à *centralidade e urbanidade* (+), desce a abstenção. No caso do factor 2, cada um dos pólos da clivagem tem associado um sinal: o pólo *terciário/semiurbano/secular* (+) tem associado um sinal positivo. O pólo oposto, *rural* (-), tem associado um sinal negativo. Assim, como o sinal do *beta* (-0,445) é negativo, concluímos que, quando sobem os valores do factor [terciário/semiurbano/secular (+)], descem os valores da abstenção. Isto é, a abstenção está associada ao pólo *rural* (-) da clivagem. Note-se que, em cada factor, o sinal negativo ou positivo remete para os sinais negativos e positivos dos pesos factoriais (*loadings*) das variáveis que mais carregavam o factor em causa (v. quadros n.ºs 4, 5 e 6).

Estruturas de clivagem, conjuntura económica e abstenção eleitoral:
eleições legislativas de 1983 a 1995

[QUADRO N.º 7]

Re- giões	Estrutura de clivagens e conjuntura económica	Abst- ção 1983 (e)	Abst- ção 1985 (e)	Abst- ção 1987 (e)	Abst- ção 1991 (e)	Abst- ção 1995 (e)
Continente NUTS I (275) (a)	F1: Centralidade e urbanidade (+)	-0,225	-0,201	-0,167	-0,162	-0,151
	F2: Terciário/semiurbano, secular (+)/rural (-)	-0,445	-0,470	-0,251	-0,303	-0,355
	F3: Idosos (+)/jovens (-)	0,170	-	0,105*	-	-
	F4: Assalariamento e grande propriedade agrícolas (+)	-0,144	-0,104	-	-	-
	F5: Trab. indústria (-)/pequena burguesia agrícola (+)	0,415	0,450	0,502	0,575	0,604
	Taxa de desemprego (b)	-0,103	-0,091*	-	-	-
	Taxa de variação no desemprego, 1994-1995 (c)	-	-	-	-	-
	Taxa de variação nas remunerações (d)	-	-	-	-	-
	Teste F (teste à adequabilidade do modelo)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	R (coeficiente de correlação múltiplo)	0,72	0,72	0,59	0,66	0,71
R ² (em percentagem)	51	52	35	43	50	
Norte Centro NUTS II (162) (a)	F1: Urbano, central, secular (+)/rural (-)	-0,383	-0,363	-0,287	-0,283	-0,323
	F2: Idosos (+)/jovens (-)	0,361	0,231	0,208	-	-
	F3: Trab. indústria (-)/pequena burguesia agrícola (+)	0,513	0,542	0,585	0,632	0,645
	F4: Semiurbano (-)/rural (+)	0,098*	0,134	-	-	0,155
	F5: Assalariamento agrícola (-)	-	-	-	-	-
	Taxa de desemprego (b)	-	-	-	-	-
	Taxa de variação no desemprego 1994-1995 (c)	-	-	-	-	-
	Taxa de variação nas remunerações (d)	-	-	0,110*	-	-
	Teste F (teste à adequabilidade do modelo)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	R (coeficiente de correlação múltiplo)	0,74	0,71	0,68	0,71	0,74
R ² (em percentagem)	55	50	47	50	55	
Sul NUTS II (113) (a)	F1: Idosos, periferia (+)/jovens, centro (-)	0,183	-	-	-	-
	F2: Centralidade e urbanidade (+)	-0,145*	-	-	-	-
	F3: Assalariamento e grande propriedade agrícola (-)	0,459	0,456	0,379	0,330	0,335
	F4: Trab. indústria e confessionalidade (-)	-	-	-	-	-
	F5: Semiurbanidade (-)	0,156*	-	-	-	-
	Taxa de desemprego (b)	-	-	0,318	0,338	0,290
	Taxa de variação no desemprego 1994-1995 (c)	-	-	-	-	-
	Taxa de variação nas remunerações (d)	-	-	-	-	-
	Teste F (teste à adequabilidade do modelo)	0,000	0,000	0,030	0,100	0,050
	R (coeficiente de correlação múltiplo)	0,55	0,50	0,37	0,33	0,37
R ² (em percentagem)	30	25	14	11	14	

Nota.— Excepto nas linhas em que se referem o teste *F*, o *R* e o *R*² (coeficiente de determinação ou variância explicada), os valores constantes das células da matriz são os coeficientes de regressão standardizados (*betas*). Os *betas* apresentados são todos estatisticamente significativos a 5% ou a 10%, estes últimos assinalados com *.

(a) Número de concelhos em cada região. Sublinhe-se que, com o controle de variáveis inerente à regressão múltipla, o número de casos conhece uma pequena redução em cada equação.

(b) Taxa de desemprego em 1981/INE (eleições de 1983 e 1985), 1991/INE (eleições de 1987 e 1991) e 1995/IEFP (eleições de 1995).

(c) Único período com dados disponíveis ao concelho (IEFP). Portanto, este indicador apenas foi usado para as eleições de 1995.

(d) Taxa de variação das remunerações entre 1986 e 1987 (eleições de 1987), entre 1989 e 1991 (eleições de 1991) e entre 1994 e 1995 (eleições de 1995) (MTS/DE). Para as eleições de 1983 e 1985 não existiam dados referentes à taxa de variação nas remunerações, pelo que o indicador não foi usado.

(e) ABST83 a ABST95 — abstenção eleitoral em cada uma das eleições legislativas de 1983 a 1995.

Fontes: Dados elaborados a partir de Antunes (1995), Markttest (1998), MTS/DE (1994 e 1995), Virtual Sin (1996), STAPE (1995 e 1997) e IEFP (1994 e 1995).

semiurbano, ao trabalhadores não manuais e à escolaridade elevada, associados a uma maior participação (factor 2); o peso concelhio da pequena burguesia agrícola, mais abstencionista, por oposição ao peso dos trabalhadores manuais da indústria, mais participativos (factor 5); maior participação nos grandes centros urbanos, caracterizados por maior centralidade (rendimento, industrialização, terciarização, escolaridade) (factor 1).

Note-se que não formulámos qualquer hipótese quanto ao efeito da religiosidade/secularização sobre a participação/abstenção eleitoral. Todavia, tendo em conta que os indivíduos mais integrados no universo religioso são também mais deferentes face à ordem estabelecida e às instituições tradicionais, seria de esperar que participassem mais (Borg, 1998 pp. 444-445; Mayer e Perrineau, 1992, p. 31). Na nossa análise, a religiosidade (missalizantes) aparece positivamente associada a uma maior abstenção eleitoral (factor 2/continente), enquanto a secularização aparece associada a maior participação (factores 1 e 2/continente). Todavia, estes efeitos da religiosidade sobre a abstenção eleitoral decorrem da sua associação com o *habitat* rural e os camponeses (factor 2/continente); por outro lado, o efeito da secularização sobre a participação decorre também da associação desta característica com o *habitat* urbano e semiurbano (factores 1 e 2/continente). Aliás, controlando o efeito do *habitat* rural e da pequena burguesia agrícola através de correlações parciais, verificámos que o maior nível de religiosidade está, geralmente, ligado a uma maior participação eleitoral (Freire, 2000, pp. 137-139). Portanto, a correlação positiva entre os missalizantes e a abstenção eleitoral é perfeitamente espúria, devendo-se exclusivamente aos efeitos associados do *habitat* rural e da pequena burguesia agrícola (Freire, 2000, pp. 137-139).

Contudo, se em 1983 e em 1985 o elemento mais importante para explicar a abstenção era a ruralidade, a partir de 1987 em diante o elemento mais relevante passou a ser o peso concelhio da pequena burguesia agrícola, embora em 1991 e 1995 tenha havido uma certa recuperação do primeiro elemento. O recuo da importância relativa do segundo factor para a explicação da abstenção tem alguma implicação política: os concelhos caracterizados pela terciarização (peso dos trabalhadores não manuais), pelo *habitat* semiurbano e pela secularização têm estado sempre associados à maior implantação dos partidos de esquerda (PS e APU/CDU) (Gaspar e André, 1990; Gaspar *et al.*, 1990; Freire, 2000), registando também maiores níveis de participação eleitoral; o declínio da participação nesses locais (decréscimo dos *betas*) em 1987 e 1991 terá, muito provavelmente, prejudicado esses partidos de esquerda. Em 1995, a vitória do PS esteve ligada a uma maior mobilização eleitoral dessas áreas (Freire, 2000), ainda assim abaixo dos níveis registados em 1983 e 1985, quando esses elementos eram primordiais na explicação da participação eleitoral. Por outro lado, também a maior participação associada ao *habitat* urbano e à centralidade sócio-económica

tem vindo a decrescer de forma regular, facto que tem idênticas implicações político-partidárias, pois as áreas com estas características são zonas onde o PS tem tido maior implantação relativa (Gaspar e André, 1990; Gaspar *et al.*, 1990; Freire, 2000).

Quanto aos restantes elementos das estruturas sócio-económicas, há a referir o seguinte: a clivagem idosos/jovens (factor 3), algo sobreposta com a divisão periferia/centro, apenas se revela estatisticamente significativa em 1983 e 1987⁴² — maior abstenção nas zonas envelhecidas. Dos indicadores da conjuntura económica, apenas a taxa de desemprego se revela significativa, mas o seu efeito — maior mobilização eleitoral — desaparece a partir de 1987⁴³. Embora tenha desaparecido a partir dessa eleição, este efeito mobilizador do desemprego, actuando *a contrario* do esperado (Lipset, 1989, p. 162) (infirmação da *hipótese* 7), poderá ter estado ligado à sua maior incidência no Sul do país, mais esquerdista e participativo⁴⁴. Por outro lado, a perda de influência mobilizadora deste factor de 1987 em diante poderá estar relacionada com a perda da sua saliência política. Isto é, com a melhoria das condições económicas do país, a questão do desemprego poderá ter perdido a prioridade que teria tido nas preocupações do público⁴⁵.

Assim, embora tenha vindo a ganhar relevo a abstenção ligada à pequena burguesia agrícola⁴⁶, regista-se que tem vindo a diminuir a importância dos elementos classicamente associados a uma maior participação: urbanidade; elevada escolaridade; fracções de classe ligadas ao terciário. Em contraponto, a abstenção vem perdendo o seu carácter rural e periférico. Sublinhe-se que estes elementos continuam a actuar no sentido previsto pelas teorias clássicas (v. Campbell *et al.*, 1980; Lipset, 1989; Bourdieu, 1979; Wolfinger e Rosenstone, 1980), confirmando as nossas *hipóteses* 1 a 5, que decorrem das formulações teóricas destes autores. Todavia, esses elementos vêm perdendo importância, ou seja, vem subindo a abstenção entre os indivíduos residentes em *habitat* urbano, mais escolarizados, com empregos no sector

⁴² Nestas eleições apenas para uma margem de erro de 10%.

⁴³ Em 1985 o beta só é significativo a 10%.

⁴⁴ Analisando sondagens do *Eurobarómetro* de 1994 referentes aos doze países que então integravam a UE, Anderson (1997) chega à conclusão geral de que, face aos eleitores empregados, os desempregados têm opiniões políticas mais radicais — maior posicionamento nos extremos da escala numérica esquerda-direita —, menores níveis de satisfação com a democracia, menor interesse pela política e menor participação eleitoral. Todavia, este «retrato» geral dos eleitores desempregados de cada país, face aos seus concidadãos empregados, comportava algumas excepções, entre elas o caso português: para além de mais esquerdistas, os desempregados portugueses demonstravam maior interesse pela política e idênticos níveis de participação eleitoral. Os nossos dados são consistentes com estes, mas revelam ainda que, em 1983 e 1985, a situação de desemprego funcionava, inclusive, como factor mobilizador, influência desvanecida a partir de 1987.

⁴⁵ Devo esta ideia a um dos *referees* anónimos.

⁴⁶ Rural, portanto.

mais moderno da economia (terciário), etc., em suma, nos indivíduos mais integrados socialmente (Lipset, 1989) e/ou com maior «capital cultural» (Bourdieu, 1979).

Assim, é necessário propor outras hipóteses explicativas. Em primeiro lugar, os maiores níveis de educação e de informação política nessas zonas poderão explicar maiores variações na participação de acordo com as conjunturas, ou seja, uma abstenção mais política do que estrutural (Memmi, 1985, pp. 348-349). Recorde-se o abaixamento do perfil sociológico dos abstencionistas aquando das maiorias absolutas do PSD (v. quadro n.º 7). Em segundo lugar, podemos considerar que os maiores níveis de educação e de informação política nas grandes urbes poderão explicar crescentes níveis de exigência face ao sistema político-partidário e, com eventuais «desilusões», maiores níveis de desafeição (pelo menos conjuntural).

A crescente implantação urbana da abstenção tem sido detectada noutros países. Para a Espanha, Manuel Justel regista que em eleições legislativas se tem registado um crescendo da abstenção urbana e uma diminuição da abstenção rural⁴⁷, sobretudo a partir de 1986 e até 1993⁴⁸. Em termos comparativos, a abstenção em eleições legislativas tem sido predominantemente rural, excepção feita ao Japão e França, que vêm registando crescente abstenção urbana. Assim, a consolidar-se a tendência, a Espanha viria a constituir-se como uma excepção (Justel, 1995, pp. 127-129). No que respeita a Portugal, poderíamos também adoptar tal afirmação.

Na Região Norte, os elementos mais importantes para explicar o perfil dos abstencionistas são o peso da pequena burguesia agrícola, por oposição a uma maior participação dos trabalhadores manuais da indústria (factor 3), e o *habitat* rural, por oposição aos centros urbanos, mais ricos, educados, secularizados e participativos (factor 1). Ao contrário do que se registou para o espaço continental, nesta região a maior presença da pequena burguesia agrícola foi sempre o elemento mais importante para explicar a abstenção. Todavia, em sentido semelhante ao registado no continente, este elemento vem ganhando ainda mais relevo, enquanto a maior participação eleitoral vem perdendo o seu carácter urbano, sobretudo nas eleições de 1987 e 1991. Mais uma vez, tendo em conta a maior implantação da esquerda (PS e APU/CDU) nas zonas urbanas da Região Norte (Freire, 2000), este elemento leva-nos a pensar que o decréscimo do perfil urbano da participação naquelas duas eleições terá prejudicado a esquerda. Nas últimas legislativas (1995), o

⁴⁷ Note-se que Justel, nas suas análises ecológicas, utiliza uma unidade de análise que é de muito maior dimensão do que as nossas: a província, unidade político-administrativa mais próxima do distrito português. Sublinhe-se que, também em Espanha, os elementos rurais e periféricos continuam a implicar maior abstenção, vêm é perdendo terreno e vem subindo a abstenção nas zonas urbanas e de maior centralidade sócio-económica.

⁴⁸ Última eleição analisada pelo autor.

perfil urbano da participação ganha maior relevo, ainda assim menor do que aquele que se registava em 1983 e 1985. Por último, registre-se que, nesta região, o carácter mais envelhecido dos concelhos esteve ligado a uma maior taxa de abstenção (factor 2), mas só entre 1983 e 1987, enquanto os elementos da conjuntura económica não têm impacto significativo.

Na Região Sul, o elemento mais relevante para explicar os fenómenos em análise, excepto em 1991⁴⁹, é a presença das grandes explorações agrícolas e do assalariamento associado (factor 3): ao longo de todas as eleições analisadas, os concelhos com estas características foram os mais participativos, embora esse traço tenha vindo a declinar; o pólo positivo desta clivagem, mais abstencionista, é caracterizado pela pequena burguesia e pela religiosidade (v. factor 3/ACP da Região Sul). Dada a maior implantação dos partidos de esquerda, especialmente o PCP e aliados, nas zonas de grande propriedade agrícola (Alentejo) (Gaspar e André, 1990; Gaspar *et al.*, 1990; Freire, 2000), temos de reconhecer aqui a importância que a mobilização político-partidária e as atitudes políticas têm para inverter as propensões sociológicas ao abstencionismo, especialmente se recordarmos a associação entre os trabalhadores manuais do sector agrícola e a periferização (envelhecimento/analfabetismo) (v. factor 1/ACP da Região Sul).

A relevância dos elementos referidos só é ligeiramente secundarizada pelo impacto do desemprego nas eleições de 1991. Aliás, o efeito do desemprego concelhio sobre a abstenção assume-se como um elemento de grande relevo entre 1987 e 1995. Mais, a partir de 1987 apenas esses dois elementos (factor 3 e taxa de desemprego) se revelam estatisticamente significativos. Contudo, enquanto a presença da grande propriedade agrícola e do assalariamento a ela associado está ligada a uma maior participação, o desemprego está ligado a uma maior abstenção. A desintegração sócio-profissional explicará este alheamento (Lipset, 1989, p. 162). Todavia, não deixa de ser curioso que, embora as zonas de grande propriedade agrícola⁵⁰ e os concelhos com as mais elevadas taxas de desemprego se localizem no Alentejo, esses dois elementos têm efeitos opostos sobre a abstenção. Nesta matéria é preciso introduzir duas notas: em primeiro lugar, apesar das elevadas taxas de desemprego no Alentejo, o fenómeno não é exclusivo da região; em segundo lugar, estamos a utilizar a regressão múltipla e, portanto, medimos o impacto independente de cada uma das variáveis, ou seja, este impacto do desemprego não pode ser considerado um mero reflexo da estrutura de classes, por exemplo (cf. Cabral, 1997, p. 10).

Na região meridional apenas em 1983 houve outros elementos explicativos do binómio participação/abstenção⁵¹, para além do assalariamento agrícola e

⁴⁹ Nesta data há uma maior importância do desemprego, implicando maior abstenção.

⁵⁰ E assalariamento associado: trabalhadores manuais do sector agrícola.

⁵¹ Com *betas* estatisticamente significativos.

do desemprego. Nesta data, a abstenção foi maior nos concelhos mais envelhecidos e periféricos (factor 1); pelo contrário, a participação foi maior nos concelhos urbanos e com maior centralidade sócio-económica (factor 2), assim como nos concelhos semiurbanos (factor 5). Portanto, ao contrário do conjunto do espaço continental e da Região Norte, a centralidade e a urbanidade não só perdem importância logo em 1985, como não têm qualquer impacto significativo a partir dessa data.

VI. CONCLUSÕES

Ao contrário da transição para a democracia em Espanha (Hualde, 1994; Justel, 1995), a participação eleitoral portuguesa nas primeiras eleições legislativas foi bastante elevada, sobretudo em 1975 e 1979, tendo constituído um elemento de forte legitimação do novo regime. Todavia, a partir das eleições de 1980 inicia-se uma dinâmica de aumento regular da abstenção, ultrapassando-se os 20% logo em 1983.

Em termos comparativos, verifica-se que, apesar do seu regular aumento a partir de 1980, a abstenção média do período democrático em Portugal não foi muito elevada: o país ocupa uma posição intermédia nessa matéria⁵². Se considerarmos apenas as eleições realizadas entre 1987 e 1995, o caso muda de figura, isto é, nesse período a abstenção portuguesa foi, de facto, elevada. Contudo, os elevados níveis de abstenção do período 1987-1995 são, em grande parte, devidos à existência de um elevado volume de «abstenção técnica». Se não fosse esse problema, Portugal manteria a mesma posição intermédia face aos países da nossa área geocultural, mesmo só contando com as três últimas eleições (1987-1995). Como referimos, os desvios entre os censos eleitorais e os censos da população são comuns em vários países, o problema é que atingem um volume muito elevado em Portugal, nomeadamente quando nos confrontamos com o caso espanhol.

Mesmo descontando a «abstenção técnica», a abstenção eleitoral em Portugal sofreu um razoável incremento entre 1983 e 1995. Assim, analisamos qual a evolução do perfil sociológico dos abstencionistas nesse período, tendo formulado várias hipóteses sobre a matéria (*hipóteses 1 a 7*). Considerámos ainda que a existência de variações na determinação sociológica do perfil dos abstencionistas poderia ser interpretada como indiciadora de uma «abstenção política» (*hipótese 8*).

A análise da variância explicada (da abstenção) pelos modelos regressivos permitiu-nos uma primeira aproximação a este problema. Constatou-se que, para o espaço continental, as variações no perfil social dos abstencionistas

foram sintomáticas da existência de uma «abstenção política»: nas duas eleições em que o PSD obteve maioria absoluta (1987 e 1991) a descida do poder explicativo das determinações sociológicas remete para o crescimento de uma «abstenção política». A análise regional permitiu-nos verificar que esse fenómeno se localizou sobretudo a sul, espaço onde o poder explicativo dos factores sociais era (e é) já de si bastante diminuto. Daí se inferiu que esse crescimento da abstenção política terá prejudicado os partidos de esquerda (PCP e aliados e PS).

Correlacionando⁵³ as variações líquidas da abstenção⁵⁴ com as variações líquidas no voto partidário⁵⁵ (por concelhos), verificamos que o crescimento da abstenção esteve associado ao decréscimo da CDU (1985-1987: $r = -0,60$), do PS (1987-1991: $r = -0,10$) e do PSD (1991-1995: $r = -0,16$) (Freire, 2000). Portanto, em 1987 a subida da abstenção prejudicou fortemente o PCP e aliados. Todavia, em 1991, a penalização do PS pela abstenção terá sido negligenciável, pois o PS só teve perdas líquidas em 3 dos 275 concelhos (Freire, 2000). Em 1995 foi a vez de alguns antigos eleitores do PSD se refugiarem na abstenção.

Mas o impacto da evolução da abstenção na dinâmica partidária também se fez da mobilização de anteriores abstencionistas. Em 1987, o PSD mobilizou anteriores abstencionistas ($r = -0,39$), para além de ter sido beneficiado com a abstenção de esquerda. Dado que, nessas eleições, o PSD cresceu em todos os concelhos, tal correlação negativa significa que o Partido Social-Democrata cresceu menos nos concelhos onde a abstenção mais cresceu e cresceu mais nos concelhos onde a abstenção desceu, ou seja, que mobilizou anteriores abstencionistas para a sua causa. Esse fenómeno passou-se, sobretudo, na Região Norte do país (Freire, 2000). Também o PS mobilizou anteriores abstencionistas em 1995 ($r = -0,30$)⁵⁶, assim como beneficiou com a subida da abstenção de centro-direita. Em 1995, a abstenção subiu menos na Região Sul que na Região Norte (Freire, 2000).

Portanto, concluímos de todas estas análises que houve claramente variações na abstenção que, quer por terem oscilado em termos de determinação sociológica, quer por terem beneficiado/prejudicado diferencialmente os diferentes partidos políticos, remetem claramente para a existência de uma «abstenção política», confirmando a *hipótese 8* (Memmi, 1985, pp. 348-349).

⁵³ A medida utilizada é o coeficiente de correlação linear r de Pearson.

⁵⁴ Diferença entre a percentagem de abstenção no período t_{-1} face ao período t no concelho i , sendo $i = 1$ até 275.

⁵⁵ Diferença entre a percentagem de votos em cada um dos partidos no período t_{-1} face ao período t no concelho i , sendo $i = 1$ até 275.

⁵⁶ Em 1995, o PS subiu as suas percentagens de voto em todos os concelhos. Portanto, a correlação negativa significa que o PS cresceu menos nos concelhos onde a abstenção mais cresceu e cresceu mais onde ela desceu.

Joaquim Aguiar defendeu que, entre 1975 e 1991, o crescimento da abstenção teria beneficiado o PSD e prejudicado os partidos de esquerda (1994, pp. 214-226). Considerámos a hipótese de esta relação ser espúria porque o período de maior crescimento do PSD foi também o período de maior crescimento da «abstenção técnica». Todavia, verificámos que esta nossa hipótese não se confirmou. Isto é, apesar de poder existir alguma «inflação» em tal correlação, os nossos dados confirmam claramente que, em 1987 e 1991, os partidos de esquerda, sobretudo o PCP, foram prejudicados pelo crescimento da abstenção, enquanto o PSD beneficiou desse fenómeno. Sublinhe-se que a nossa metodologia é totalmente diversa da daquele autor.

Analisando a evolução do impacto da estrutura de clivagens sobre a abstenção, concluiu-se que, apesar de o fenómeno continuar a ser mais rural e periférico⁵⁷ (confirmação das *hipóteses 1 a 5*), estes elementos vêm perdendo relevância, ou seja, tem crescido a abstenção nos concelhos mais urbanizados (e semiurbanizados), escolarizados, terciarizados, com maior peso dos jovens e secularizados. Mais, mesmo esse recuo do carácter rural da abstenção estará algo subestimado, pois sabemos que a «abstenção técnica» tem tido maior incidência nos distritos do Interior Norte e Sul, ou seja, naquelas áreas onde tem maior peso o *habitat* rural. Também essa tendência de crescimento da abstenção urbana e semiurbana aponta para que o decréscimo da participação tenha prejudicado os partidos de esquerda (PCP e aliados e PS), pois estes têm estado sempre melhor implantados nessas zonas (Gaspar e André, 1990; Gaspar *et al.*, 1990; Freire, 2000). Note-se que também estes resultados confirmam a tese de Joaquim Aguiar (1994). Em contrapartida, em 1995, a derrota do PSD terá estado ligada a uma maior mobilização nessas áreas⁵⁸, ou seja, houve uma certa inversão da tendência. Apesar do declínio da importância relativa da abstenção nas áreas rurais e periféricas, detectou-se uma tendência algo contraditória com esta: o crescimento da correlação entre pequena burguesia agrícola e abstenção (factor 5/continente/quadro n.º 7).

Sublinhem-se as implicações teóricas do fraco perfil sociológico da abstenção na Região Sul: as zonas caracterizadas pela grande dimensão da propriedade agrícola e pelo elevado peso relativo dos trabalhadores agrícolas (Alentejo) têm sido sempre bastante participativas, ou seja, apesar de os deter-

⁵⁷ Recorde-se que a correlação positiva entre a religiosidade (missalizantes) e a abstenção eleitoral é perfeitamente espúria (factor 2/continente/quadro n.º 7), pelo que não a referimos. Ou seja, esta relação positiva deve-se à associação entre o *habitat* rural, a pequena burguesia agrícola e a religiosidade. Todavia, quando controlámos os efeitos do *habitat* rural e da pequena burguesia agrícola através das correlações parciais, verificámos que, na verdade, houve geralmente uma associação negativa entre os missalizantes e a abstenção eleitoral. Isto é, as zonas com maior nível de integração religiosa revelaram-se mais participativas (Freire, 2000, pp. 136-138).

⁵⁸ Terciarizadas/semiurbanas e secularizadas (factor 2/continente).

minantes sociológicos (periferização) apontarem para uma maior tendência para a abstenção, a mobilização político-partidária (sobretudo do PCP) e as atitudes políticas revelam-se factores capazes de se sobrepor a essas determinações. Por um lado, estes resultados confirmam a *hipótese 6*, que previa uma maior participação nas zonas de forte concentração operária. Todavia, contradizem as *hipóteses 1, 2 e 4*, que previam maior abstenção nas zonas com menos peso da escolarização, com maior peso da população rural e dos idosos.

Em sentido idêntico vai a maior participação dos trabalhadores manuais da indústria no espaço continental e na Região Norte, ou seja, apesar dos baixos recursos em «capital cultural» (Bourdieu, 1979) (infirmção da *hipótese 1*), a integração no meio operário, a socialização sindical e as atitudes políticas permitem que este grupo revele elevadas taxas de afluência às urnas (confirmação da *hipótese 6*).

A contrario, na Região Sul o fenómeno da desintegração sócio-profissional (desemprego) tem-se revelado um forte factor explicativo da abstenção a partir de 1987 (confirmação da *hipótese 7*). Mas o mesmo não pode dizer-se para o espaço continental, onde o desemprego esteve associado a maior participação eleitoral, embora apenas entre 1983 e 1985 (infirmção da *hipótese 7*). Também nesta matéria as eleições de 1995 denotam um certa inversão: houve uma menor desmobilização dos desempregados na Região Sul — decréscimo do *beta* — aliás ligada à derrota do PSD (Freire, 2000).

APÊNDICE I

Índices (Markttest, 1998):

Índice de desenvolvimento industrial, 1992: indicador compósito que agrega as variáveis «número de estabelecimentos em actividade», «pessoas ao serviço» e «valor acrescentado bruto».

Índice de rendimento (*sales index*), 1995: indicador compósito que pondera o índice de rendimento («impostos», «consumo de energia», «parque automóvel», «bancos» e «comércio retalhista») pelo índice de população, com um peso respectivo de 80% e 20%.

Tipologia de classes sociais (adaptação do esquema de Erikson e Goldthorpe, 1991):

Burguesia: grande patronato (mais de 9 trabalhadores), quadros dirigentes de grandes empresas e organizações (mais de 9 empregados e/ou subordinados) e profissões liberais (técnicas e científicas).

Nova burguesia assalariada: profissões científicas, técnicas e de enquadramento intermédio; quadros dirigentes em pequenas empresas e organizações (menos de 10 empregados e/ou subordinados)

Trabalhadores não manuais: empregados administrativos, do comércio e serviços, assalariados.

Pequena burguesia (não agrícola): pequenos patrões (menos de 10 empregados) e trabalhadores independentes do sector secundário e terciário.

Pequena burguesia agrícola: pequenos patrões (menos de 10 empregados) e trabalhadores independentes do sector primário.

Trabalhadores manuais da indústria: trabalhadores assalariados do sector secundário.

Trabalhadores manuais agrícolas: trabalhadores assalariados do sector primário.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, J. (1994), «Partidos, eleições, dinâmica política (1975-1991)», in *Análise Social*, n.ºs 125-126, pp. 171-236.
- ANDERSON, C. (1997), «Desperate times call for desperate measures? Unemployment and voter behavior in comparative perspective», comunicação apresentada no colóquio *Unemployment's effects: southern European experience in comparative perspective*, Princeton, 14-15 de Novembro de 1997.
- ARCHER, G. M. (1996), *Estimativas de População Residente e Recenseamento Eleitoral — 1992 a 1994. Estudo Comparativo*, informação n.º 14 - DE/96, de 10-4-96, STAPE/MAI, policopiado.
- BORG, Sami (1998, 1.ª ed. 1995), «Electoral participation» in J. W. van Deth e Scarbrough — *Beliefs in Government 4: The Impact of Values*, Oxford, Oxford University Press, pp. 441-460.
- BOURDIEU, P. (1979), *La distinction*, Paris, Ed. Minuit.
- CABRAL, M. V. (1997), «The political economy of the Portuguese labour market», comunicação apresentada no colóquio *Unemployment's effects: southern European experience in comparative perspective*, Princeton, 14-15 de Novembro de 1997.
- CAMPBELL, A., et al. (1980, 1.ª ed. 1960), *The American Voter — Unabridged Edition*, Chicago, Chicago University Press.
- CARRIÓN, J. J. S. (1995), *Manual de Análisis de Datos*, Madrid, Alianza Universidad.
- CRUZ, M. B. (1995), *Instituições Políticas e Processos Sociais*, Lisboa, Bertrand.
- DERIVRY, D., e DOGAN, M. (1971), «Unité d'analyse et espace de reference en ecologie politique. Le canton et le departement français», in *Revue française de science politique*, vol. XXI, n.º 3, pp. 517-570.
- DOWNS, A. (1957), *An Economic Theory of Democracy*, s. l., Harper Collins.
- DUNTEMAN, G. H. (1989), *Principal Components Analysis*, Newbury Park, Sage.
- ERIKSON, R., e GOLDTHORPE, J. H. (1991), *The Constant Flux. A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford, Clarendon Press.
- FRANKLIN, M. N. (1996), «Electoral participation», in L. LeDuc, R. G. Niemi e P. Norris (eds.), *Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective*, Londres, Sage, pp. 216-236.
- FREIRE, A. (2000), *Mudança Social e Política em Portugal, 1983-1995: Uma Análise Ecológica da Evolução do Comportamento Eleitoral em Eleições Legislativas*, Lisboa, ICS, tese de mestrado.
- GASPAR, J., e ANDRÉ, I. (1990), *Geografia Eleitoral*, I, *Colectânea de Textos*, Lisboa, CEG/UL.
- GASPAR, J., et al. (1990), *Geografia Eleitoral*, II, *Colectânea de Textos*, Lisboa, CEG/UL.
- HUALDE, J. M. A. (1994), «Evolución de la abstención electoral en España: 1976-1991», in P. del Castillo (ed.), *Comportamiento Político y Electoral*, Madrid, CIS.
- JUSTEL, M. (1995), *La Abstención Electoral en España, 1977-1993*, Madrid, CIS.
- KING, G. (1997), *A Solution to the Ecological Inference Problem: Reconstructing Individual Behavior from Aggregate Data*, Princeton, Princeton University Press.
- LANE, J.-E., e ERSON, S. (1999), *Politics and Society in Western Europe*, Londres, Sage.
- LANGBEIN, L. I., e LICHTMAN, A. J. (1978), *Ecological Inference*, Newbury Park, Sage.
- LEDUC, L., NIEMI, R. G., e NORRIS, P. (1996), «Introduction: the present and future of democratic elections», in L. LeDuc, R. G. Niemi e P. Norris (eds.), *op. cit.*, pp. 1-48.

- LIPSET, S. M. (1989, 1.^a ed. 1957), *El Hombre Político: las Bases Sociales de la Política*, Madrid, Tecnos.
- MAGALHÃES, J. (1999), *Dicionário da Revisão Constitucional*, Lisboa, Editorial Notícias.
- MAYER, N., e PERRINEAU, P. (1992), *Les comportements politiques*, Paris, Armand Colin.
- MEMMI, D. (1985), «L'engagement politique», in M. Grawitz e J. Leca (eds.), *Traité de science politique*, vol. 3, Paris, PUF, pp. 310-342.
- MONTARGIL, F. (1995), *Determinantes Sociais da Abstenção Eleitoral (Análise da Eleição Legislativa de 1991)*, tese de licenciatura/policopiado, Lisboa, ISCTE.
- NEUMAN, S. (1990, 1.^a ed. 1956), «The party of democratic integration», in P. Mair, *The West European Party System*, Oxford, Oxford University Press.
- SUBILEAU, F., e TOINET, M.-F. (1989, 1.^a ed. 1985), «L'abstentionnisme en France et aux États-Unis: méthodes et interprétations», in D. Gaxie (dir.), *Explication du vote. Un bilan des études électorales en France*, Paris, FNSP, pp. 175-200.
- VASCONCELOS, D. N., e ARCHER, G. M. (1991), «Análise comparativa entre os dados do recenseamento geral da população e do recenseamento eleitoral: 1975-1989», in *Eleições*, n.º 1, STAPE/MAI, pp. 1-6.
- WOLFINGER, R. E., e ROSENSTONE, S. J. (1980), *Who Votes?*, New Haven, Yale University Press

FONTES

- Antunes, L. M. (1995), «Inquérito à prática dominical, 1991», in F. Montargil (1995) (registo magnético).
- INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (1994 e 1995), *Estatísticas Mensais do Emprego*, Lisboa, IEFP (registo magnético).
- MARKTEST (1998), *Sales Index — Análise do Poder de Compra Regional 1998*, Lisboa, Marktest (registo magnético).
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA/STAPE (1995), *Atlas Eleitoral: Constituinte e Legislativas 1975 a 1991*, Lisboa, STAPE/MAI (suporte papel e registo magnético).
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA/STAPE (1997), *Atlas Eleitoral: Eleições para a Assembleia da República 1995 e Eleições para as Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira*, Lisboa, STAPE/MAI (suporte papel e registo magnético).
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE/DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA (1994), *Indicadores Regionais de Emprego*, Lisboa, MESS/DE (18 volumes distritais).
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE/DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA (1994 e 1995), *Remunerações Médias Mensais dos Trabalhadores por Conta de Outrem*, Lisboa, MESS/DE (registo magnético).
- VIRTUAL SIN (1996), *Global Data Report* (registo magnético).